

Artigos  
científicos

Espaço e sociedade na ocupação dos sertões das minas - vale do rio Piranga, Minas Gerais, séculos XVIII e XIX

Mateus Rezende de Andrade  
Doutor em História,  
Universidade Federal de Minas Gerais  
mateusandrade@ufmg.br

#### Resumo

Este artigo apresenta várias questões sobre a ocupação do território e a transformação da fronteira na capitania de Minas Gerais. Ao se evidenciar o processo que se operou no Vale do Rio Piranga, região no meio do caminho entre as minas e as gerais, apresenta-se as noções de localidades de passagem e sociedades de transição, as quais fornecem importantes apontamentos que permitem reavaliar as temporalidades da conquista dos sertões das minas.

**Palavras-chave:** Sesmarias; Sertão das minas; fronteira agrícola

#### Abstract:

*This paper introduce several issues concerning the occupation of the territory and frontier zone in Minas Gerais. By highlighting the process that took place in the Piranga's river valley, a region in the middle path between the mining zone and rural areas, this article utter with the notion of transitional societies, which provide important notes that allow us to reconsider the temporalities of the conquest of the backlands of the mining zone.*

**Key-Words:** Land grant; countryside of mines zones; agricultural frontier

## Introdução

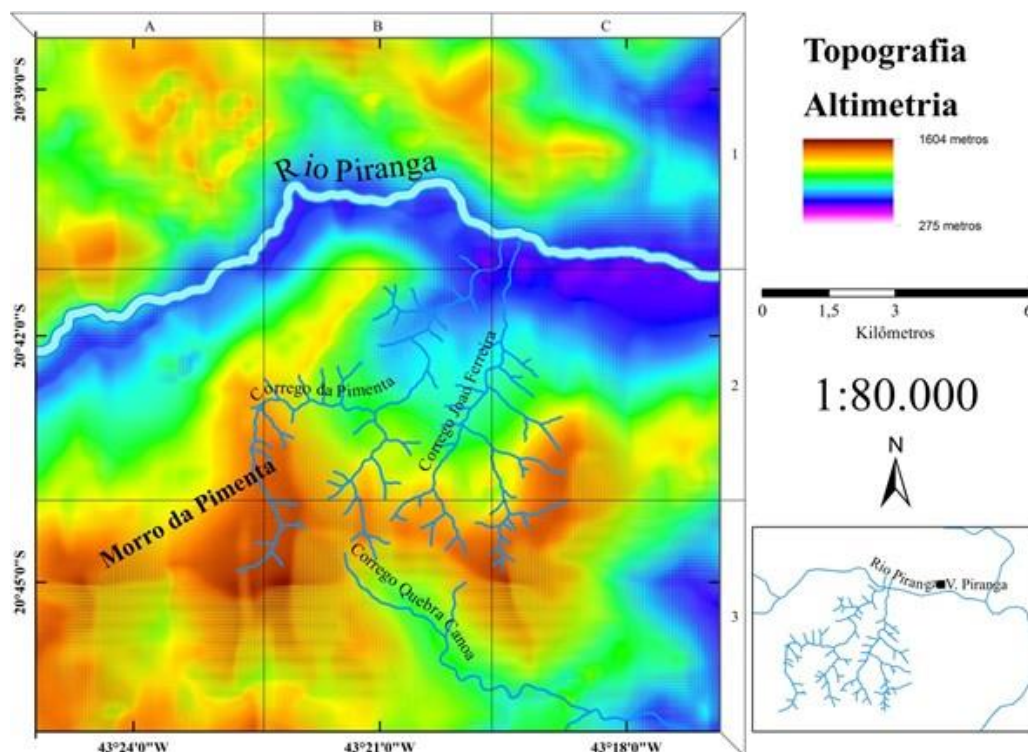
No dia 10 de Janeiro de 1746 em Vila Rica, na Capitania de Minas Gerais, Antônio de Souza Machado, secretário do Governo da Capitania, a rogo do então Governador Gomes Freyre de Andrada, lavrou em duas vias a Carta de Sesmaria concedida a João Francisco Pimenta<sup>1</sup>. Neste documento declarava-se que o sesmeiro já era possuidor de roças na “paragem do Quebra Canoas” e necessitava expandir sua propriedade a um córrego que “vertia ao sertão”, onde havendo “matos virgens” demonstrava ele interesse em ali se instalar “para sustentação de sua fábrica que era grande”.

Chama a atenção neste empreendimento expansionista das posses de João Francisco Pimenta o investimento em áreas mais propícias à exploração da terra, justamente num período em que agricultura e pecuária assumem o papel de principal atividade econômica da Capitania (CARRARA, 2009, p.55-56). Como se vê pelo Mapa 1, a região dos empreendimentos do sesmeiro em pauta, vertendo do ponto mais alto da redondeza, futuramente vindo a ser chamado de Morro da Pimenta<sup>2</sup>, era marcada por acentuados desníveis de altitude e grande afluição de córregos e ribeirões que irrigavam e poderiam servir como a força motriz de engenhos que se instalassem no largo vale que margeava o rio Piranga. A partir da leitura das informações contidas na obra de Gustavo Lemos (2014), não há dúvidas de que a população ali estabelecida transformou aqueles terrenos em área propícia ao cultivo de gramíneas como a cana-de-açúcar e outros gêneros alimentícios sempre presentes entre os bens listados em diversos inventários confeccionados no Arraial da Piranga.

1 “Carta de sesmaria concedida a João Francisco Pimenta”. 10/01/1746. Revista do Arquivo Público Mineiro. Imprensa Oficial de Minas Gerais, Ano XI, Volume 1, jan./mar., 1906, p.571-572

2 APM. Seção cartográfica. Mapas da Comissão Geológica e Geográfica de Minas Gerais. Carta Topográfica do Município de Piranga.

Mapa 1 – Região das sesmarias de João Francisco Pimenta, Vale do Rio Piranga, Minas Gerais, 1746



Fonte: APM. Secretaria de Governo da Capitania (Seção Colonial) e Secretaria de Governo da Província (Seção Provincial). APM. Seção cartográfica. Mapas da Comissão Geológica e Geográfica de Minas Gerais

4 APM. Carta de sesmaria concedida a João Ferreira Almada. 10/01/1746. SC 85, p.106v

5 ACSM. 1º Ofício, código 74, auto 1569, 1782. Inventário post-mortem de Feliciano Isabel Maria de Oliveira

Alguns anos depois, em setembro de 1753, outros três sesmeiros foram agraciados com terras num lugar denominado “córrego da Pimenta”, constando em suas Cartas de Sesmarias descrições similares às dadas por Antônio de Souza Machado no ano de 1746, aspectos que me levaram a assumir tratar-se das mesmas paragens onde já estava inserido João Francisco Pimenta<sup>3</sup>. Em vista destes dados e das informações cartográficas que demonstram a proximidade de um córrego Quebra-Canoas ao dito Córrego da Pimenta, imagino que tenha sido João Francisco Pimenta o primeiro a ali se estabelecer (por isso o córrego batizado em sua homenagem) e instituir a exploração daquelas terras, atraindo os sesmeiros que ali se instalaram nas décadas seguintes (Mapa 1).

Antes de explorar as outras concessões de sesmarias nas redondezas e as tramas sociais que ali se constituíram, cabe assinalar que no mesmo dia 10 de Janeiro de 1746, não muito distante do Córrego da Pimenta, no Ribeirão do Bacalhau, foi agraciado com Carta de Sesmaria João Ferreira Almada<sup>4</sup>. Entretanto, o leitor deve estar se perguntando se esta anotação diz respeito à coincidência das datas em que foram agraciados os dois sesmeiros? Certamente a avaliação das temporalidades que marcaram o povoamento e ocupação do Vale do Rio Piranga tem muito a dizer sobre a formação daquela sociedade e a transformação daquele espaço em território de exploração. Contudo, explorarei dados históricos a este respeito em momento mais apropriado do texto.

Por ora, afirmo que a despeito desta justaposição temporal, evoca-se o caso de João Ferreira Almada, pois, a análise de sua trajetória e de sua família conduziu-me ao Córrego da Pimenta, no qual, Feliciano Isabel Maria de Oliveira, cunhada do sobredito sesmeiro, juntamente com seu esposo, era proprietária da Fazenda do Engenho<sup>5</sup>. No inventário de Feliciano também se constatou que o outro córrego a leste do Córrego da Pimenta, que deságuam muito próximos no Rio Piranga, era denominado Córrego João Ferreira (Mapa 1). Portanto, por caminhos desconhecidos, suponho que João Ferreira Almada se estabeleceu nas mesmas paragens que João Francisco Pimenta, as quais, como se aventou, eram promissoras ao desenvolvimento de roças e fazendas.

Porém, não quero ser apressado e atravancar as engrenagens da narrativa histórica. Assim, retomo a sesmaria recebida por João Ferreira Almada no ano de 1746 no Ribeirão do Bacalhau. Conforme consta nesta documentação, o dito era morador da Cidade de Mariana e possuidor de lavras auríferas na paragem da Ponte Alta, na qual empregava muitos escravos, todavia, sem terras suficientes em que plantasse mantimentos. Sabendo ele haver “matos virgens e incultos” do Ribeirão do Bacalhau, na freguesia do Sumidouro, rogava mercê receber sesmaria naqueles “sertões”, o que é confirmado no documento acima citado.

O suplicante não estava desbravando sozinho aquele sertão, pois nos anos de 1745 e 1746, constam outras onze cartas de sesmaria em que as demarcações faziam referência ao “ribeirão do Bacalhau”, “matos do Santo Antônio” e “córrego que desagua no Bacalhau”, indicando que muito provavelmente corriam rumores nas localidades ao redor que dali deviam emanar riquezas, seja pela terra fértil ou por córregos abundantes em riquezas minerais. A este respeito, consta ainda na carta de sesmaria recebida por João Ferreira Almada que caso haja descobrimentos de terras minerais, o mesmo não poderá impedir a repartição das mesmas e que é obrigado, em um ano, a contar da data de outorgação, demarcar a sesmaria judicialmente e informar seus vizinhos e, no prazo de dois anos, povoar e cultivar as terras.

Por ter ali se instalado no mesmo período em que muitos outros sesmeiros, viu o esgotamento das possibilidades de expansão dos limites de suas terras como havia procedido João Francisco Pimenta nas paragens do córrego Quebra-Canoas. Desta forma, tão logo ali se estabeleceu, provavelmente antes mesmo do prazo de quatro anos para requerer confirmação da carta de sesmaria junto ao Conselho Ultramarino, prazo determinado na Carta recebida, lançou-se para outros sertões. Assim, no ano de 1753 requeria receber mercê em uma nova Carta de Sesmaria, desta

vez, situada “nos matos do xopotó, no ribeirão de Santo Antônio da Soledade”<sup>6</sup>, nos extremos do sertão da “freguesia de Guarapiranga”<sup>7</sup>, nas áreas de nascentes de córregos que desaguam em afluentes do Rio Pombo, um dos principais rios que formam a Bacia do Rio Paraíba do Sul, indicando o fluxo ocupacional que gradativamente, partindo do Vale do Rio Piranga e avançando sobre as áreas do Vale do Rio Paraíba, moveu a fronteira leste da capitania e província de Minas Gerais.

Deste modo, torna-se indispensável aos objetivos deste artigo explorar o quadro mais amplo do processo de povoamento e ocupação de Minas Gerais e, especificamente, do Vale do Rio Piranga, o que permite compreender os fluxos ocupacionais que se operaram na fronteira entre as minas e os currais, “categorias evidentes da divisão regional colonial mineira na infância da capitania.” (CARRARA, 2009, p.55). Assim, a partir da análise das cartas de sesmarias<sup>8</sup> concedidas nas regiões em foco neste artigo, relatos de descobrimentos (TAUNAY, 1981; CÓDICE COSTA MATOSO, 1999) e trabalhos de memorialistas que expõem suas leituras sobre a história da capitania de Minas Gerais (BARBOSA, 1971; VASCONCELOS, 1974; LIMA JÚNIOR, 1978), busco apresentar as interações entre espaço e sociedade como aspecto essencial ao entendimento da história de Minas Gerais, caracterizada por sua moderna urbanidade (PAULA, 2000).

A “frente pioneira” e as minas que não se esgotaram

No dia 8 de março de 1745, Cosme Pereira Barros recebeu carta de sesmaria que se localizava “no sertao entre o Gualaxo e o Piranga no corrego de Nossa Senhora do Rosario”, mesma descrição denominativa de outra sesmaria recebida pelo mesmo Cosme Pereira Barros no ano de 1754. “No sertao vertente para o Rio Guarapiranga” recebeu sesmaria Manoel Fernandes Vilar em 1745, enquanto no ano seguinte, José Henriques foi agraciado com uma sesmaria situada “nos Matos do Sertao das cabeceiras do Rio Guarapiranga” e, em 1758, a Francisco Ferreira de Carvalho foram concedidas terras “junto a um ribeirão que vem do Sertao e desagua no Rio Chopoto”.<sup>9</sup>

Comum a todas estas descrições, o termo ‘sertão’ é um conceito incerto com usos diversificados na tópica ocupacional do espaço das minas, porém, regularmente utilizado nas representações discursivas e cartográficas do espaço mineiro à época da colonização da América portuguesa, denotava um lugar desconhecido, mítico e selvagem (DELVEAUX, 2010, p.77). Cláudia Damasceno Fonseca, desenvolveu um extraordinário trabalho sobre a toponímia da conversão dos sertões nas Minas Setecentistas, rascunhando os significados correntes no século XVIII de designações como arraial, distrito, concelho, freguesia, comarca e as alteridades decorrentes de práticas e discursos colonizadores (FONSECA, 2011) Segundo a autora, os sertões, na visão do colonizador, eram uma folha em branco aonde viriam se inscrever as marcas da dominação, portanto, um eterno vir a ser, convertendo-se em território à medida que o povoamento avança e se intensifica.

O sertão também constituiu o limite do espaço povoado e civilizado, assim, foi a realidade que preexistiu ao território e também à fronteira, indefinida e movente. Valendo-se dos fundamentos teóricos de Frederick Jackson Turner (1921) – autor que ao estudar a construção da nação norte-americana, chamou atenção para o papel do farwest, afirmando que a ideia de fronteira não deve se resumir a barreiras físicas impostas para impedir avanços territoriais, mas, uma linha imaginária e móvel que separa a civilização da barbárie, em constantes deslocamentos

6 APM. Carta de sesmaria concedida a João Ferreira Almada. 08/05/1753. SC 106, p.16v

7 Esta referência à freguesia de Guarapiranga consta na carta de sesmaria, por isso, posta entre aspas.

8 APM. Seção Colonial, Cartas de Sesmarias; APM. Seção Provincial, Cartas de Sesmarias

9 APM. Carta de sesmaria concedida a Cosme Pereira Barros. 08/03/1745. Códice SC 80, p.137v; APM. Carta de sesmaria concedida a Manoel Fernandes Vilar. 08/03/1745. Códice SC 80, p.138v; APM. Carta de sesmaria concedida a Cosme Pereira Barros. 22/02/1754. Códice SC 96, p.119v; APM. Carta de sesmaria concedida a José Henriques. 16/06/1755. Códice SC 112, p.39v; APM. Carta de sesmaria concedida a Francisco Ferreira de Carvalho. 11/05/1758. Códice SC119, p.109v.

deslocamentos conforme se concretizavam movimentos de ocupação –, e de alguns postulados de Sérgio Buarque de Holanda (1994) – autor que pensou a fronteira como um lugar de confrontação entre paisagens, populações, hábitos e técnicas que ora deixam lugar à formação de produtos mistos ou simbióticos, ora a afirmar-se –, Cláudia Damasceno Fonseca problematiza o complexo processo de incorporação das áreas adjacentes aos núcleos de povoamento primários, destacando as transcorridas fronteiras da ocupação e formação da malha urbana no espaço das minas. Por fim, ainda são incorporados em sua análise, elementos da obra de Pierre Monbeig (1984), geógrafo de orientação não determinista, inclinado às teorias de Vidal de La Blache, autor que colocou o meio geográfico no centro da análise da vida humana e enfatizou as diversas possibilidades de respostas que podiam ser colocadas pelos homens diante dos desafios do meio (BARROS, 2006)

A partir de Monbeig, que se vale da ideia de “franja pioneira” no lugar da noção de fronteira, Cláudia Damasceno Fonseca traz à cena a imagem de zonas marginais, imprecisas e fugidias, onde se operavam um imenso trabalho de formação da paisagem rural, fundação e crescimento das cidades. Segundo a autora, era nestas áreas que surgiam os arraiais nos arredores dos pousos que se tornaram pontos de encontro entre agricultores e comerciantes. Em suas palavras:

A partir dos centros mineradores principais – Ribeirão do Carmo, Ouro Preto, Rio das Velhas, Rio das Mortes e Serro –, a população espalhou-se pelas zonas circunvizinhas e criou centenas de arraiais, cada fundação funcionando como uma ponta de lança para novas explorações e ocupações. [...] Entre estas diferentes zonas de povoamento, podiam existir grandes espaços vazios, que eram chamados ‘sertões’, [...] [os quais], foram perdendo sua ubiquidade para se tornarem espaços residuais, que ora fascinavam ora repeliam os brancos, mais que, em todos os casos, impunham sua presença, condicionando a formação do território. (FONSECA, 2011, p.66-69)

Entretanto, em leitura ocasionada pela obra de Cláudia Damasceno Fonseca, evoca-se outros aspectos da geografia de Pierre Monbeig. Decorrência direta de uma prática acadêmica preocupada em se desvencilhar de um espaço cristalizado, previamente concebido e pouco problematizado, Monbeig propôs uma geografia do movimento, trazendo o homem para o centro da paisagem. Assim, foram essenciais ao delineamento do espaço em estudo neste trabalho, os seguintes escritos de Monbeig: “a franja pioneira é o ponto de encontro dos apetites e ambições tanto nacionais como estrangeiros. O que a expõe a ser duramente atingida pelas crises, mas ao mesmo tempo lhe permite recuperar muito depressa sua vitalidade.” (MONBEIG, 1984, p.119). Por fim, se depreende da obra de Pierre Monbeig a relevância em se atentar para a historicidade de territórios, ou, em outras palavras, as distintas temporalidades que reproduzem espaços (RODRIGUES, 2014).

De todo modo, este trabalho lança mão da problematização da fronteira instigada por José de Souza Martins: um lugar de descoberta e desencontro. Segundo ele, desencontro de temporalidades históricas entre grupos diversamente situados no tempo da História. Em suas palavras,

O que há de sociologicamente mais relevante para caracterizar a definir a fronteira no Brasil é, justamente, a situação de conflito social. [...] Nesse conflito a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade. É isso que faz dela uma realidade singular. [...] A fronteira só deixa de existir quando o conflito desaparece, quando os tempos se fundem, quando a alteridade original e mortal dá lugar à alteridade política, quando o outro se torna parte de nós. (MARTINS, 1996, p.27)

Atento leitor da obra de Pierre Monbeig, Martins percebeu que ‘franja pioneira’ é um conceito que não dá conta deste fenômeno conflituoso que se opera na fronteira. Assim, formula duas designações para se tratar destes espaços: frente pioneira e frente de expansão. A primeira, preocupada com o pioneiro empreendedor, aquele que cria o novo, institui uma nova sociabilidade fundada no mercado e na contratualidade das relações sociais, configurando assim, uma situação social e espacial que convida ou induz à modernização e à formulação de novas concepções de vida. Por outro lado, a frente de expansão preocupa-se com a expansão e os impactos da civilização branca que avança sobre populações indígenas, portanto, inclui as populações pobres, rotineiras, não-indígenas ou mestiças, grosso modo pequenos produtores rurais que praticam uma agricultura de roça antiquada e no limite do mercado.

Assim, pensar o lugar do Vale do Rio Piranga nas frentes de ocupação que se efetivaram no leste da capitania de Minas Gerais, pareceu-me uma estratégia apropriada para apresentar a historicidade daquela região. Sendo “os sertões do Piranga” um dos núcleos primários da expansão eclesiástica e de ocupação das minas, tornou-se um dos epicentros migratórios responsáveis pelo avanço populacional que se desempenhou nos sertões, cumprindo a dita vocação do Termo de Mariana em voltar-se para o leste, lavrando a fronteira ao instituir novos espaços (CARRARA, 2009)

Antes de enredar os métodos e os argumentos sobre a análise dessa geografia do movimento que ocupou os sertões do leste – a partir de pesquisa detida nas concessões de sesmarias – algumas notas fazem-se necessárias à compreensão desta região, a qual detém um lugar à parte na historiografia. Por suas características fisiográficas, marcada por alastrada extensão de densa mata tropical, instigava a imaginação de colonos e da Coroa na busca pelos míticos lugares repletos de metais e pedras preciosas (MOLINARI, 2009). Entretanto, foram também as “terras proibidas” por decretos que visavam arrefecer o escoamento das extrações não taxadas pelas casas de fundições (LANGFUR, 2006), transformando-se, por fim, na “terra da promessa” com o advento da crise da mineração aurífera (ESPINDOLA, 2011).

Por fim, não foram poucos os relatos de cronistas e viajantes que ressaltavam os obstáculos impostos pela população indígena nesta região (DUARTE, 2002), a qual, dita bárbara e ignóbil, foi o principal obstáculo àqueles que rumavam ao leste da capitania (LANGFUR, 2006). Assim, como se pode notar, esta vasta região vivenciou diferentes temporalidades no processo de ocupação dos sertões das minas, experimentando distintos olhares e horizontes de expectativas. Não obstante, em todos estes momentos, um enorme contingente populacional projetava-se a esta fronteira aos próprios custos e riscos, numa conjuntura, já salientada, de investimentos simbólicos (capelas) e materiais (economia agropastoril), fruto de um cálculo migratório feito em função da facilidade de transformação destes espaços em terra produtora de riquezas ou simplesmente da subsistência familiar (para os menos abastados), viabilidade de acesso aos mercados regionais, redes de comunicação e transporte (LANGFUR, 2006). Por fim, Hal Langfur destaca que neste movimento local, guiado por anseios de uma população necessitada de novas áreas de ocupação, ficavam expostos os limites da autoridade Real frente às necessidades das gentes coloniais.

Ainda que a consumação do processo de ocupação e conquista dos sertões do leste tenha se dado no século XIX com a dispersão de capelas, arraiais e criação de vilas, o processo de incorporação desta porção de terras entre o núcleo minerador e o vale do rio Paraíba, nas divisas

10 “Carta de sesmaria concedida ao Coronel Salvador Fernandes Furtado”. 26/03/1711. Revista do Arquivo Público Mineiro. Imprensa Oficial de Minas Gerais, Ano II, Volume 2, abr./jun., 1897, p.265-266. Na transcrição foram desfeitas as abreviaturas e corrigida a grafia para o português atual. No original o documento tem as seguintes informações: “Faço saber aos q.e esta minha Carta de Sesmaria virem, q.e havendo resp.to ao q.e por sua petição me enviou a diser o Coronel Salvador Furtado, q.e ele supp.te tinha assistido nas minas ha sete anos e em todo este tempo, e nos mais do princípio do descobrim.to das ditas minas, sempre cercando os mattos, e mandando faser por seus f.os e escravos a buscar descobrimtos de Lavras de ouro, como consta do q.e tem descuberto de grandes lucros; e agora queria mandar vir a sua família e parentes a morar nas minas, e não tinha largueza de terra p.a os

acomodar, e porq.to estavam devolutas as Cabeceiras de hua Sesmaria q.e eu fora servido dar-lhe no sitio do morro grande p.a a p.ta do Bromado; me pedia lhe fizesse m.ce dar as ditas Cabeceyras com

hua legoa de sertão p.a Guarapiranga mandando-lhe passar carta de Sesmaria delas. E visto seu requerim.to e de informação q.e se me deu, e se não oferecer duvida, Hey por bem. Dada neste

Arraval do Ribeirão do Carmo aos 26 de M.ço de 1711. A.to de Albuquerque de Carvalho”

com as capitâneas de São Paulo e Rio de Janeiro, tem sua gênese nas décadas iniciais do século XVIII, quando muitos dos primeiros descobridores e outros colonizadores, pleiteavam receber concessões às posses lançadas nos sertões, o que se depreende da Carta de sesmaria abaixo:

Faço saber aos que esta minha Carta de Sesmaria verem, que havendo respeito ao que por sua petição me enviou a dizer o Coronel Salvador Furtado, que ele suplicante tinha assistido nas minas há sete anos e em todo este tempo, e nos mais do princípio do descobrimento das ditas minas, sempre cercando os matos, e mandando fazer por seus filhos e escravos a buscar descobrimentos de Lavras de ouro, como consta do que tem descoberto de grandes lucros; e agora queria mandar vir a sua família e parentes a morar nas minas, e não tinha largueza de terra para os acomodar, e porquanto estavam devolutas as Cabeceiras de uma Sesmaria que eu fora servido dar-lhe no sitio do morro grande para a ponta do Bromado; me pedia lhe fizesse mercê dar as ditas Cabeceiras com uma légua de sertão para Guarapiranga mandando-lhe passar carta de Sesmaria delas. E visto seu requerimento e informação que se me deu, e se não oferecer dúvida, Hei por bem. Dada neste Arraial do Ribeirão do Carmo aos 26 de Março de 1711. Antônio de Albuquerque de Carvalho<sup>10</sup>

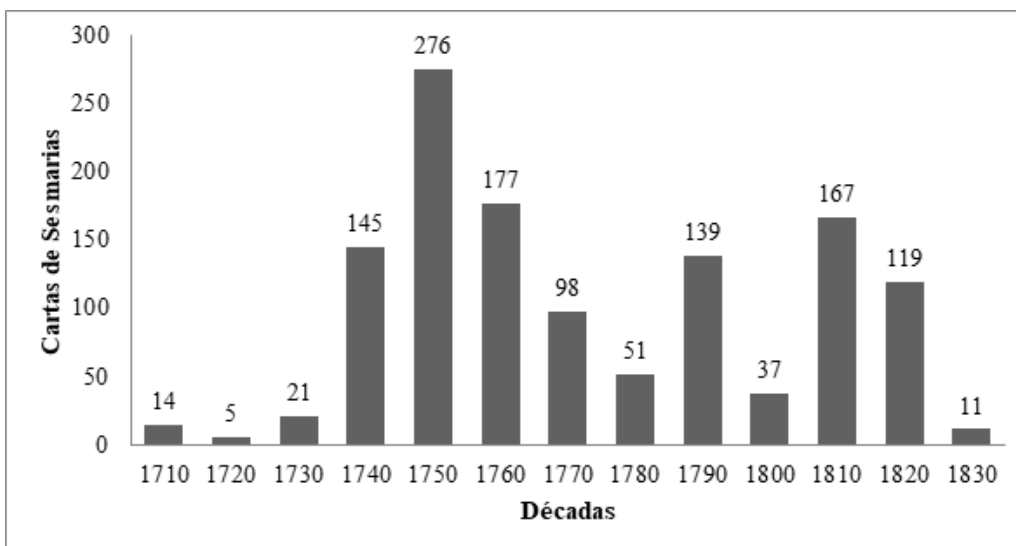
Este documento aponta um caso ilustrativo de cuidados que se deve ter ao se analisar as concessões de sesmaria: em área de fronteira agrícola do núcleo minerador tinham o papel de legitimar posses já efetivadas (CARRARA, 1999, p.12-13). Conforme exposto na carta de sesmaria transcrita acima, o Coronel Salvador Furtado, já detentor de sesmaria no sitio do Morro Grande (Itaverava), intentava anexar às suas posses, terras para o sertão do Guarapiranga. Ainda, esta Carta de Sesmaria, indica a presença do elemento familiar nesta expansão, pois, primeiro, solicitava carta de sesmaria para poder “acomodar” seus parentes e, num segundo momento, destaca-se que rogava mercê pelos descobrimentos realizados, nos quais empenhou seus filhos e escravos, sublinhando a importância do consórcio família e migração para a transformação da fronteira, aspecto que será analisado em detalhe mais à frente.

Por agora, cabe salientar, conforme alertou Ângelo Alves Carrara, dissertando acerca dos limites e possibilidade do conhecimento da estrutura fundiária em Minas Gerais, que desde o princípio da colonização e ocupação do território das minas, houve um efervescente mercado de terras que produziu diferentes significados impostos às sesmarias, balizados pelos núcleos mineradores e suas fronteiras agrícolas. Segundo Carrara, enquanto nos primeiros, era um instrumento secundário da legitimação da propriedade, em regiões agropastoris, mesmo com participação ativa nos circuitos econômicos da capitania, a circulação monetária era muito menor, logo, foram escassas as escrituras de compra e venda, fazendo com que as sesmarias consolidassem um domínio mais duradouro, na falta de outros instrumentos regulatórios da posse de terras (CARRARA, 1999, p.13).

De todo modo, houve um ritmo geral nas concessões de sesmarias, essencialmente, nas terras dos principais distritos mineradores, lançando as bases do que Ângelo Alves Carrara chamou de “mercado de propriedades rústicas” (CARRARA, 1999, p.24), delimitando posses nestas áreas limítrofes ao promover a ocupação, sobretudo no distrito de Mariana, dos vales do rio Piranga, Piracicaba e Xopotó.



Gráfico 1 – Cartas de Sesmarias por década, vales do rio Doce e Paraíba do Sul, 1710-1835



Fonte: APM. Secretaria de Governo da Capitania (Seção Colonial) e Secretaria de Governo da Província (Seção Provincial)

A este respeito, o Gráfico 1 explicita um primeiro aspecto que chama atenção para o movimento expansionista da frente pioneira leste dos núcleos mineradores centrais, que é o pico das concessões de sesmarias na década de 1750. Por ser coincidente com as oscilações tendencialmente declinante da extração aurífera, tornam-se a principal justificativa comumente elencada para justificar a ocupação das áreas limítrofes aos núcleos mineradores principais. Entretanto, não bastasse o elevado número de concessões na década seguinte (1760), os números da década de 1740 não são descartáveis ao se pensar um sistema migratório que tem sua gênese nesta década e se alarga nas duas décadas subsequentes. Eventualmente, procedimentos assim permitissem uma análise estatística a partir da qual se delimitassem períodos desta expansão. Entretanto, para além dos anos e números de sesmarias que eram concedidas naqueles sertões, este artigo ressalta que esta base documental tem um caráter especializável que certamente não deve ser rejeitado. Em primeiro lugar por guardar uma riqueza de informações analíticas que transcendem os números, os quais, de fato, permitem refletir sobre os ritmos da ocupação da frente pioneira.

Assim, esforcei-me em buscar topônimos que permitissem uma aproximação georreferenciada da localização das propriedades concedidas. Mesmo que, por motivos de ordem técnica, práticas e interesses dos sesmeiros, as demarcações conferidas às sesmarias fossem breves e por vezes, incertas (“sitio morro grande”; “sertão do Guarapiranga”), ainda assim, podem ser tomadas como indicativas do local das propriedades. Deste modo, tendo por base nomes de rios, córregos, ribeirões, o relevo e os seus acidentes geográficos, bem como as instâncias administrativas e eclesásticas, recorrentemente citados nas demarcações, procedeu-se ao esforço de georreferenciar estes dados aproximados.

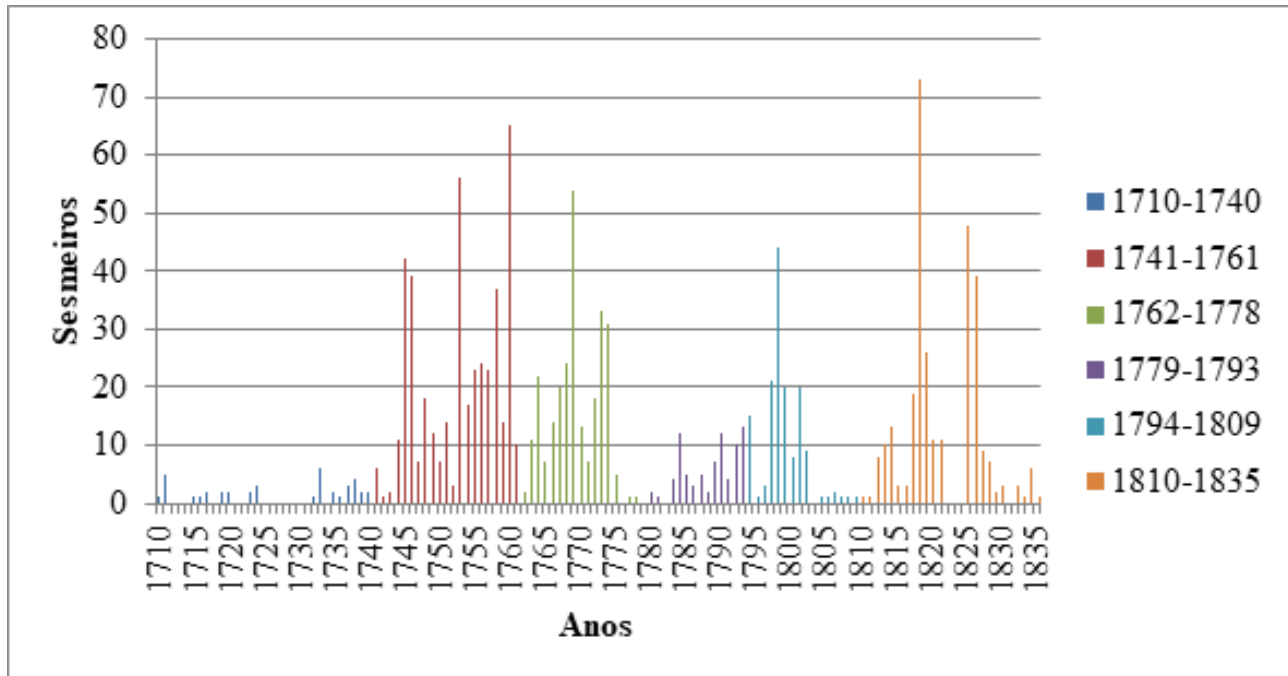
Um primeiro exercício desenvolvido foi articular as concessões por ano as suas localizações no espaço, de onde sobressaem flutuações que distinguem períodos que extrapolam décadas (Gráfico 2), os quais, ainda que sem justificativas numéricas (número de concessões por ano e décadas equivalentes entre si), são detentores de aspectos analíticos raros nos trabalhos que enveredaram por temáticas associadas à fronteira agrícola de Minas Gerais. Por último, procuro mostrar, cruzando informações quantitativas com a qualidade das informações geográficas, o longo processo de transformação destes sertões, o qual, enraizando sociedades, capelas, freguesias, paró-

11 APM. Carta de sesmaria concedida a João Teixeira Medeiros. 02/12/1737. Códice SC 42, p.101  
 12 APM. Carta de sesmaria concedida ao Capitão-mor Jose Coelho de Oliveira. 29/01/1733. SC 42, p.3  
 13 Cf. Mapa 3

quias, arraiais e vilas, compôs a constelação eclesiástica, jurídica e administrativa da região leste de província de Minas Gerais, da qual foi porta de entrada a sociedade que se formou no Vale do Rio Piranga.

O primeiro período (1710-1740) é caracterizado por um movimento ainda acanhado, concentrado nas circunvizinhanças das capelas dos núcleos primários de colonização, nos córregos e ribeirões afluentes do Rio do Carmo, Piranga, Gualaxo do Sul e Norte. Neste período, ainda que a antiga capela de Piranga já tivesse se transformado em paróquia e constituísse um aglomerado populacional estável, poucos foram os que requeriam terras daquele sertão.

Gráfico 2 – Concessão de sesmarias, vales do rio Doce e Paraíba do Sul, 1710-1835



Fonte: APM. Secretaria de Governo da Capitania (Seção Colonial) e Secretaria de Governo da Província (Seção Provincial)

Nestas primeiras décadas, os poucos que solicitavam terras para aquelas paragens restringiam-se a mencionar pobres referências espaciais, citando apenas, por exemplo, “engenho na freguesia de Guarapiranga, sobre o rio pirapetinga”<sup>11</sup>, ou “sítio na paragem do Rio Turvo”<sup>12</sup>, indicando que, mesmo sendo região já colonizada, ainda resistia o caráter de sertão, impondo suas incertezas e limites a esforços que valessem o investimento migratório. Ainda, importante notar que neste período as referências a instâncias administrativas aludiam ao “Termo da Vila do Carmo”, “Distrito de Guarapiranga”, “Distrito de Pinheiro” e “freguesia de Guarapiranga” e “Distrito do Itatiaia” todas elas, localidades que figuravam nas narrativas dos primeiros descobrimentos, reiterando a circunscrição restrita aos núcleos mineradores centrais, aspecto detectado ainda, pelas menções a lugares próximos a estas localidades, como “rio Tacolomi”, “rio Bacalhau”, “ao pé do Sumidouro”, “cabeceiras do rio Gualaxo do Sul”.

O período seguinte deste movimento ocupacional se ressalta por ser o período com maior número de concessões (431), todavia, apesar disso, sua importância traduz-se no período da abertura da porta dos sertões, seja pela expansão da malha eclesiástica<sup>13</sup>, mas, também, por ter sido o momento em que se verificou grande expansão que converteu os sertões. Entre aqueles anos, as sesmarias não se restringiam ao sertão próximo aos núcleos primários, mas, já se orientavam para os “sertões do Xopotó”, destacando-se inclusive, recorrente presença de menções ao “Distrito do Xopotó”.

Além das referências ao “Termo de Mariana”, chama-se atenção para um movimento de entrada para estes vales do rio Piranga e Xopotó que partia do Termo da Vila de São José, o qual se alargava até as fronteiras com o Termo de Mariana nas nascentes destes referidos rios. Alguns exemplos deste movimento de entrada no vale do Piranga são identificados nas cartas de sesmarias recebidas por Manoel Fernandes, nas quais, a localização dada é “Matos gerais da Borda do Campo, nas vertentes do Xopotó e Piranga”<sup>14</sup> e no documento em que o Tenente-Coronel José Lopes de Oliveira recebe carta de sesmaria “no caminho novo do Ribeirão de Alberto Dias para o Xopotó, na Comarca do Rio das Mortes”.<sup>15</sup>

14 APM. Carta de sesmaria concedida a Manoel Fernandes. 18/08/1748. SC 90, p.154; APM. Carta de sesmaria concedida a Manoel Fernandes. SC 146, p.150 15 APM. Carta de sesmaria concedida ao Tenente-Coronel José Lopes de Oliveira. 22/10/1749. SC 146, p.156  
16 APM. Carta de sesmaria concedida a João José Mota. 06/04/1818. SC 377, p.84

O que se percebe nos dois períodos seguinte (1762-1778 e 1779-1793) é um movimento cauteloso que pouco se estendeu no espaço leste da capitania, repetindo a já averiguada - no primeiro período (1710-1740) - migração para a periferia próxima. Entretanto, entre os anos de 1762 e 1778, distinguiu-se um afluxo de posses que se lançou mais a leste em direção ao rio Casca, com diversas menções à “freguesia de São José da Barra Longa”, jurisdição eclesiástica que cobria toda a margem sul do rio Doce e seus principais afluentes, enquanto o período de 1779 a 1793, mesmo com um baixíssimo número de concessões (80), pode ser visto como aquele em que se oficializou a ocupação dos sertões do rio Pomba. Neste período, destacaram-se várias referências a “freguesia de São Manuel do Pomba”, “ribeirão da soledade”, “cabeceiras do ribeirão do Melo”, “nas vertentes das Brajaubas e Mutuca”, topônimos situados nos limites entre as nascentes dos rios Piranga, Xopotó e Pomba.

Acerca do período seguinte, 1779 a 1793, supõe-se ter sido a fase em que se conjecturou o movimento que se consumou entre os anos de 1794 e 1809, quando as principais menções ao espaço ocupado referiam-se a localidade e capelas da freguesia de São Manuel do Pomba, como a “aplicação de Nossa Senhora das Mercês”, “paragem do ribeirão do Ubá”, “paragem vizinhanças da Serra do Melo”, “ribeirão da Piedade ao descer da Serra dos Coroatos” e “terras além do rio Paraibuna”. Ainda, evoca-se a elevação de Queluz e Barbacena à condição de vila como fator estimulador a legalização de posses nas regiões próximas, pois, a confirmação das mesmas, mitigava incertezas que poderiam advir quanto aos direitos de propriedade com a instauração de novas jurisdições do poder civil.

Finalmente, o último período representa um novo boom migratório, equivalente ao que ocorrera entre 1741 e 1761, porém, transcorrido no século XIX, quando as políticas indigenistas estavam a pleno vapor (ALMEIDA, 2008). Naquelas décadas, havia todo um aparato militar instituído no rio Doce, ‘civilizando’ e exterminando os índios (ESPINDOLA, 2011, p.62), além de juntas e companhias militares, muitas delas tendo por cabeça Guido Thomaz Marlière (AGUIAR, 2003), justificando o desbravamento destes sertões pela necessidade de catequizar os índios botocudos que ali se refugiaram (MATTOS, 2004). Devido a esta política e empreendimentos, pode-se dizer que foi um movimento com muito mais fôlego e envergadura, pois, incentivado pela Corte, lançava posses nos “sertões do Doce”, no extremo leste da capitania e depois província, e consolidava o encontro das ocupações do vale do Paraíba fluminense, paulista e mineiro, através de sesmarias concedidas no extremo sudeste do núcleo minerador central, “nas margens do rio Paraíba além da Serra Bonita”, localização conferida à sesmaria recebida por João José Mota.<sup>16</sup>

É importante salientar, entretanto, mesmo com o avanço técnico e incentivo a esta expansão, neste período de 1810 a 1835 percebeu-se um retorno da alta recorrência da terminologia sertão e das referências espaciais com poucas indicações, contrapondo-se aos períodos anteriores, principalmente entre 1762 e 1793, momento em que a acanhada expansão, assentou as bases de uma sociedade agrícola e do conhecimento daquele espaço, bem como as

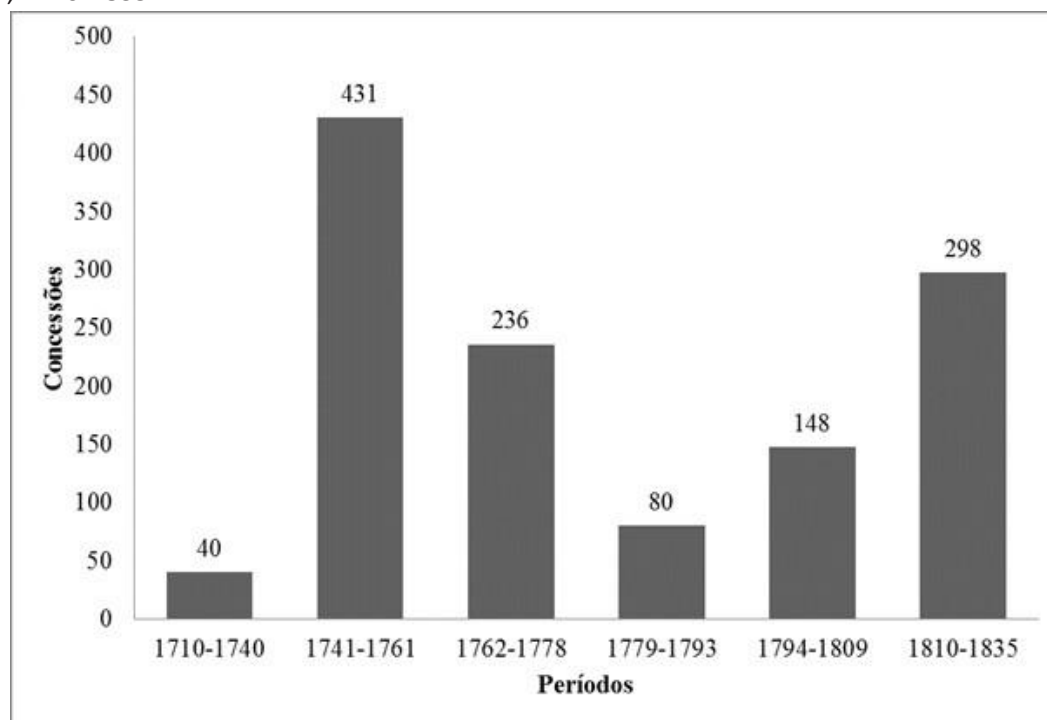
17 O dízimo era um imposto cobrado pela Coroa sobre a produção agrária, porém, eram isentos desta taxa a pequena produção para o autoconsumo, incidindo somente a produção voltada ao mercado, portanto, são cifras que expressam majoritariamente a produção de caráter escravista. Cf. CARRARA, 2007

percepções do mesmo e robustas práticas toponímicas.

Ao mirar-se nas extremidades da frente pioneira, não mais limitado aos sertões próximos, os espaços representados nas cartas de sesmarias já não possuíam pilares toponímicos que lhes permitiam asseguradas descrições. Assim, foi comum referir-se à localização das terras da sesmaria “a direita do rio Doce”, “além do rio da Casca”, “num ribeirão afluente do rio Doce”, “sertão da Paraíba e Mar de Hespanha”. Por fim, além de referirem-se ao “Termo de Mariana”, foram várias as menções ao “Termo de Barbacena”, confirmando a conversão destes sertões, principalmente os do vale do rio Paraíba do Sul, por esforços iniciados naqueles movimentos de entrada que partiam do “Termo da Vila de São José”, e ao descer encostas da Mantiqueira, encontravam as regiões das nascentes dos rios Piranga, Xopotó e Pomba.

O Gráfico 3 estampa o gradiente ocupacional das regiões das bacias hidrográficas do rio Doce e Paraíba do Sul destacando o boom migratório iniciado no período de 1741 a 1761, seguidos por períodos em que alicerçavam-se as bases agropastoris de localidades que surgiam da conversão daqueles sertões, aspecto analisado por Ângelo Alves Carrara ao decompor as flutuações nas cobranças dos dízimos<sup>17</sup>, constatando uma queda acentuada na produção agrícola das antigas freguesias dos centros mineradores e aumento nas freguesias surgidas neste processo em que se lavrava a fronteira agrícola, destacando-se, por exemplo, a freguesia de São Manuel do Pomba.

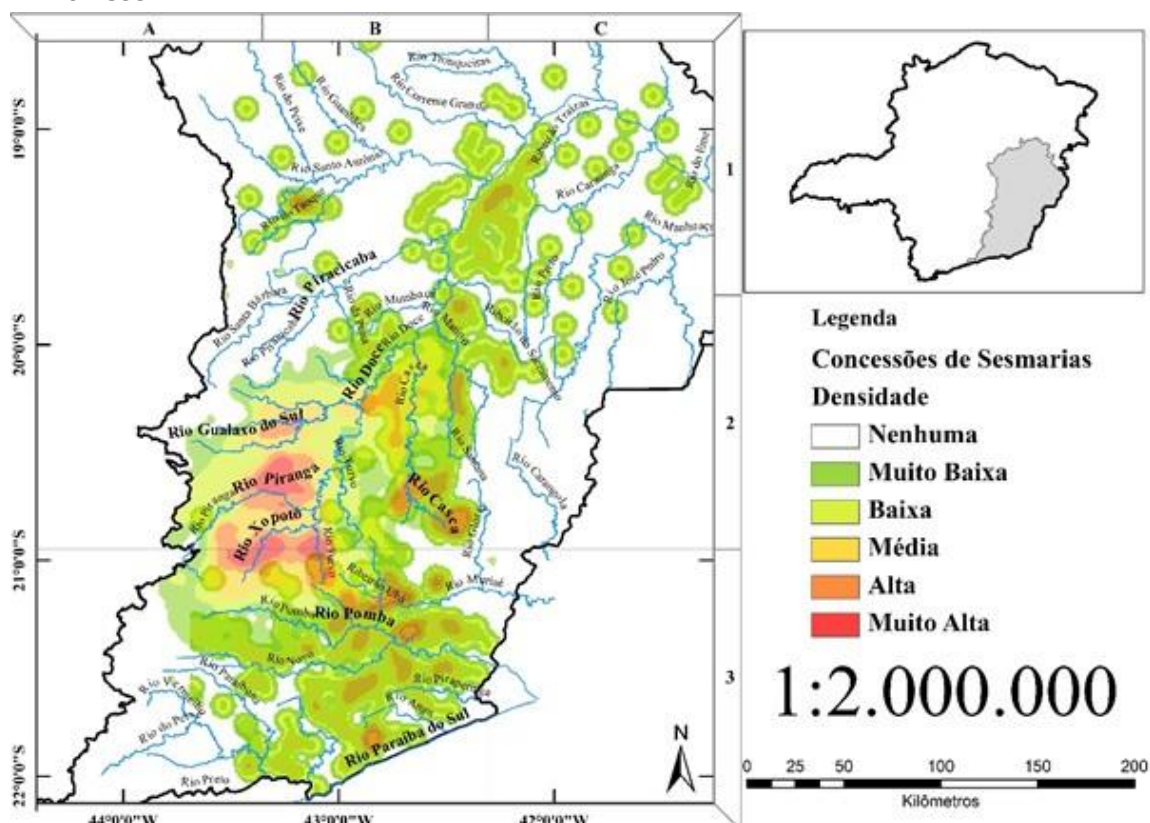
Gráfico 3 – Concessões de sesmarias por períodos de expansão, vales do rio Doce e Paraíba do Sul, 1710-1835



Fonte: APM. Secretaria de Governo da Capitania (Seção Colonial) e Secretaria de Governo da Província (Seção Provincial)

Por fim, o Mapa 2 é uma compilação cartográfica de todos os períodos estudados, no qual estão agregadas as cartas de sesmarias concedidas e representadas por densidades espaciais que destacam os focos migratórios deste longo processo de expansão da fronteira. Por ele, mesmo com dados agregados, percebe-se as fases do processo, por exemplo, com áreas de alta e média densidade ocupacional nos vales do rio Gualaxo do Sul, Piranga e Xopotó (regiões ocupadas majoritariamente entre os anos de 1741-1761), bem como zonas com densidade muito alta situadas nas nascentes do rio Casca e às margens do rio Paraíba do Sul, evidenciando o último período da ocupação dos sertões do leste (1810-1835). Finalmente, averíguam-se faixas com densidades intermediárias ao longo do rio Pomba, porção setentrional do rio Doce e nas nascentes do rio Piracicaba, delineando os matizes ocupacionais e migratórios que operaram nesta vasta região da capitania e província de Minas Gerais.

Mapa 2 – Densidade espacial das concessões de sesmarias, vales do rio Doce e Paraíba do Sul, 1710-1835



Fonte: APM. Secretaria de Governo da Capitania (Seção Colonial) e Secretaria de Governo da Província (Seção Provincial). Seção cartográfica. Mapas da Comissão Geológica e Geográfica de Minas Gerais. IBGE. Cartas Topográficas.

Localidade de passagem, sociedade de transição

Com os dados já apresentados e os que agora se discutirão, tenho por objetivo apresentar a ideia de que no Vale do Rio Piranga surgiram localidades de passagem daqueles que buscavam encontrar lavras auríferas ou que ali rumavam guiados pelos discursos dos descobrimentos. Além dos relatos que contribuíram para a formulação desta hipótese, ressalta-se um aspecto físico característico de Minas Gerais, versado por poetas e literatos: as montanhas de minas (TORRES, 1944).

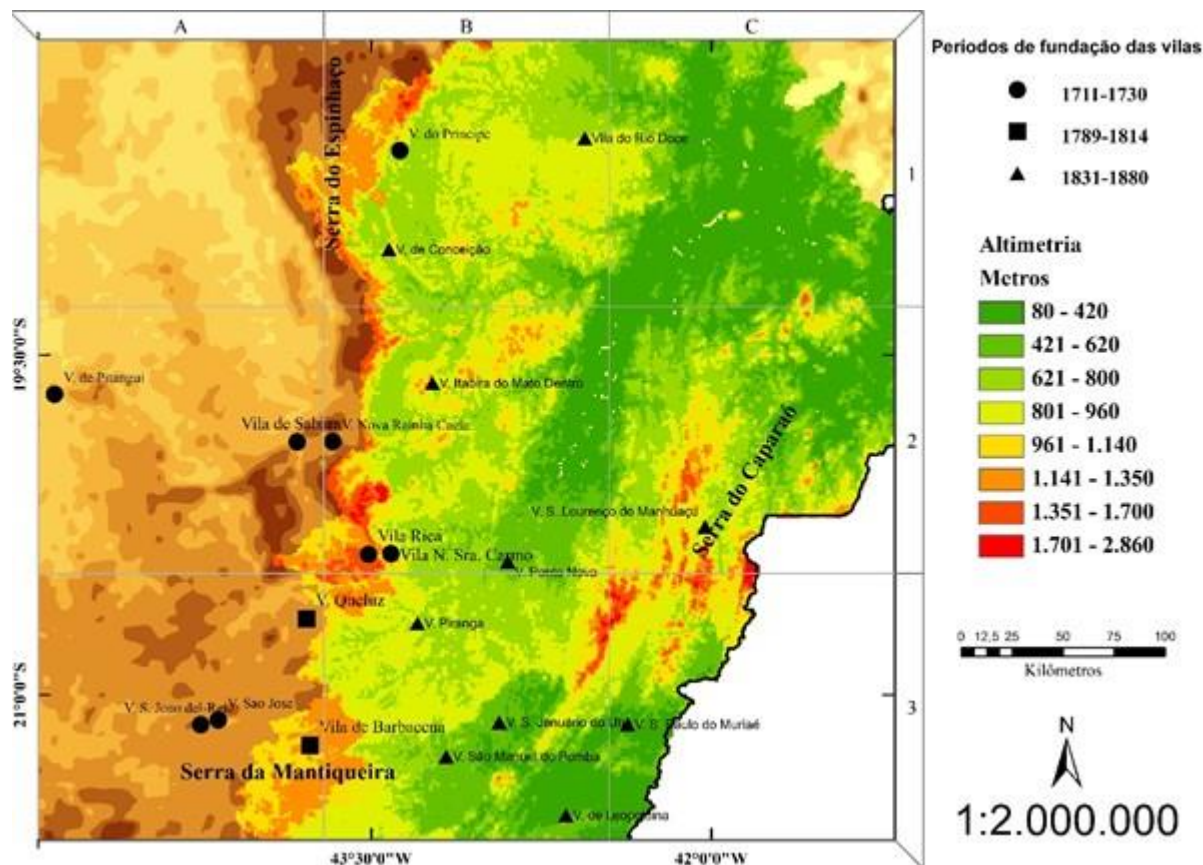
Aspecto ressaltado por autores clássicos da historiografia mineira foi, recentemente, resgatado por Cláudia Damasceno Fonseca (VASCONCELOS, 1974; LIMA JÚNIOR, 1978; FONSECA, 2011), os quais ressaltaram como o relevo e a hidrografia guiaram os movimentos de entrada nos sertões das minas, tornando-se atrativos naturais ao estabelecimento populacional ao longo da posteriormente chamada Serra do Espinhaço e em vales e montanhas que dela derivavam. Conforme demonstraram estes autores, vilas encostadas na Serra da Mantiqueira (Vila da Campanha, Vila de Barbacena e Vila de Santa Maria do Baependi) eram antigos pousos e pontos de intenso comércio após as longas e estafante jornadas (que partiam do planalto do Piratininga, Taubaté e Guaratingueta) dispostas a ultrapassar os contrafortes da Mantiqueira, relatadas por André João Antonil na sua obra *Cultura e Opulência do Brasil*, na qual narra os primeiros anos após o descobrimento do ouro no Brasil (ANTONIL, 1982).

Entretanto, ainda que o objetivo final destes percursos fossem “as montanhas reluzentes repletas de ouro e metais preciosos”, os espaços agricultáveis explorados adequadamente ajudaram a conformar as bases do processo de ocupação deste território (MATA, 2002; CUNHA, 2007; FONSECA, 2011), assim, possivelmente foram vistos com bons olhos pelos primeiros descobridores os vales de rios que além de sua riqueza mineral, mostraram-se propícios à cultura agropastoril. Dito isto, conjectura-se que a região do Vale do Rio Piranga tenha sido lugar de passagem das primeiras entradas para as minas por estarem situadas num destes vários vales propícios e atrativos àquelas bandeiras.

Deste forma, procedeu-se a um exercício de sobreposição de informações topográficas (ver Mapa 3) que evidenciam os declives que separam as regiões das Serras da Mantiqueira e do Espinhaço, onde, justamente numa fenda geomorfológica entre estas duas grandes formações rochosas nasce o Rio Piranga e seus principais afluentes. Ainda, destaca-se o grande desnível nas altitudes entre a Vila de Barbacena e a Vila de Queluz, o que certamente facilitava o acesso àqueles vales, os quais, devido à grande riqueza hídrica, tornaram-se lugares de exploração aurífera, conforme demonstrado em alguns relatos dos primeiros descobrimentos (CÓDICE COSTA MATOSO, 1999).

Nesta região se erigiram algumas capelas e no entorno destas, assentamentos populacionais estáveis, os quais, funcionaram como suporte ao fluxo transitório dos que rumavam para a região mineradora central, efetivamente tornando-se uma matriz ocupacional nos primórdios do processo de povoamento e ocupação de Minas Gerais. Nas décadas seguintes, com o início de processo migratório, medido pelas concessões das cartas de sesmaria, revelando a vocação para o leste da região mineradora de Mariana (CARRARA, 1999), estes vales mostraram-se regiões preferenciais para aqueles que lançaram posses nos sertões.

Mapa 3 – Relevo e altimetria de Minas Gerais, região leste



Fonte: IBGE; BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte: Saterb, 1971.

Primeiramente, o motivo desta predileção tem suas bases explicativas fundadas em noções que atestam o caráter gradativo deste movimento migratório e expansionista sempre ocupando a fronteira mais próxima (LANGFUR, 2006), ou mesmo, ao se assumir o papel do comércio na formação da sociedade mineradora, postula-se que esta região, próxima ao núcleo aurífero central, pode participar ativamente dos circuitos mercantis o que alavancava o desenvolvimento econômico. Por outro lado, mais voltado para as características fisiográficas da região, sem contudo negar as bases explicativas anteriores, este trabalho traz o Mapa 4 como um dos aspectos explicativos da sociedade que nesta região se instalou.

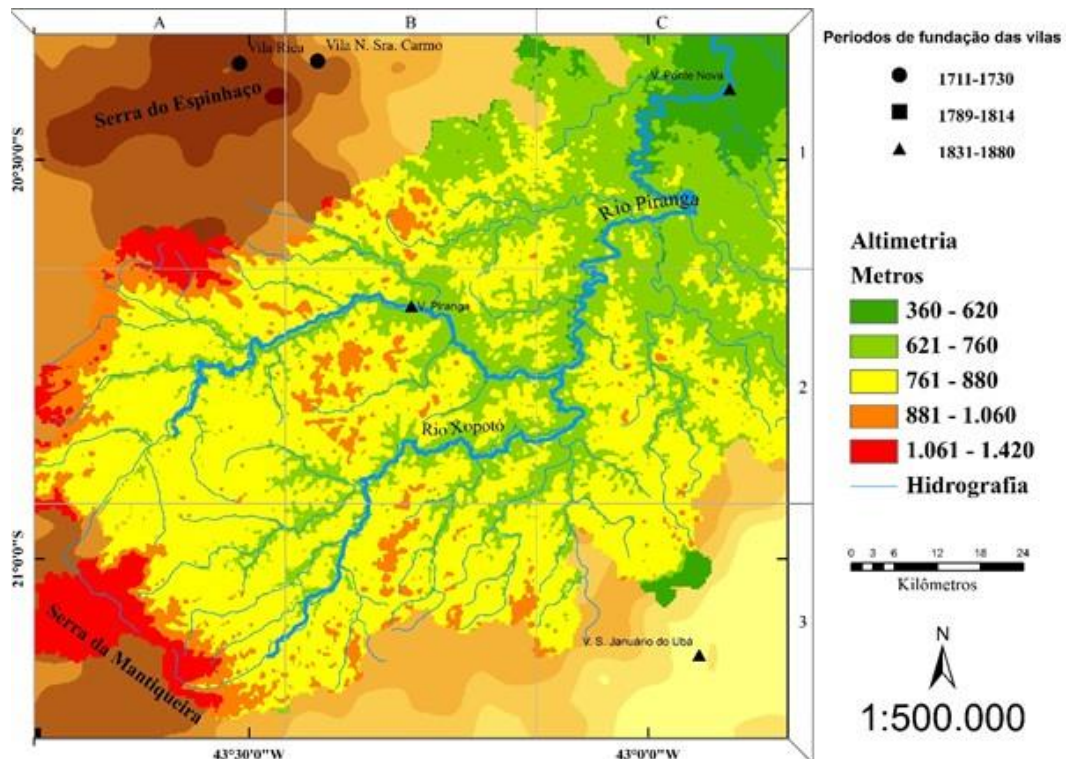
Ainda que haja alguns picos e áreas com altitudes que ultrapassem os 1.000 metros, através deste mapa vê-se a predominância dos extensos vales, relevo caracterizado por suas baixas altitudes cercado por áreas mais altas. Esta região específica é cercada por montanhas que originam-se na Serra da Mantiqueira ao sul e com forte anteparo imposto pelas formações rochosas da Serra do Espinhaço ao norte. Por outro lado, ao se voltar ao Mapa 3, nota-se estar um nível acima do plano altimétrico das áreas onde se instalaram as vilas de São Januário do Ubá e São Manuel do Pombo, ambas no Vale do rio Paraíba do Sul, indicando a presença de áreas de nascentes, o que justifica sua riqueza hídrica, a qual, associada à baixa altitude dos seus vales, mostrou-se uma região propícia ao cultivo de gêneros alimentícios, confirmando sua extensa vocação agrícola no cultivo da cana-de-açúcar e produtos dela derivados (LEMOS, 2014).

Por fim, chama-se a atenção para as áreas com altitudes entre 621 e 760 metros, as quais sem muita expressividade nas regiões próximas às nascentes dos rios Piranga e Xopotó, à medida que seus cursos vão se formando e tornam-se mais caudalosos, percebe-se um maior alargamento destas áreas próximo à Vila de Piranga e no segmento deste percurso hídrico até seu encontro com o rio Xopotó. Estas áreas ainda são percebidas no entorno de alguns dos ribeirões afluentes destes dois rios, indicando a presença de áreas agricultáveis que tinham nos recursos hídricos sua força motriz e nos vales sua base produtiva.

Evocar estes aspectos naturais não tem por intenção postular os ‘determinismos geográficos’ que estes vales impuseram sem antes ponderar os ‘possibilismos’ estabelecidos pela ação humana. Para tanto, retomam-se algumas reflexões propostas por Francisco Eduardo de Andrade sobre o papel das capelas na governamentalidade em Minas Gerais, nas quais ele destaca que as mesmas surgiam em lugares estratégicos a tornarem-se espaços produtivos e de reprodução do poder. A capela de Piranga, surgida próximo a um córrego onde ouro se lavrava, parece ter sido erigida em região propensa à cultura agrícola, aspecto, provavelmente já detectado pelos sertanistas que por ali passaram. Assim, hipoteticamente foi erigida num lugar estratégico do ponto de vista produtivo, onde ouro se lavrava e outros gêneros para o comércio e consumo eram produzidos.

De toda forma, ainda que este caráter polivalente das terras destes vales não tenha sido valorizado por estes primeiros descobridores, com o avançar da fronteira na primeira metade do século XVIII e a territorialização de espaços agrícolas, foi uma região que recebeu grande aporte populacional, indicativo da alguma utilidade daquelas paragens em transformar riquezas no sertão. Este intenso fluxo migratório, verificado entre as décadas de 1740 e 1760, foi seguido por períodos em que foram assentadas as bases agrícolas da produção, a qual, sem perder a mineração de vista, traz à tona a imagem de um espaço de transição entre uma economia mineradora e outra agropastoril.

Mapa 3 – Relevo e altimetria de Minas Gerais, região leste



Fonte: APM. Secretaria de Governo da Capitania (Seção Colonial) e Secretaria de Governo da Província (Seção Provincial). Seção cartográfica. Mapas da Comissão Geológica e Geográfica de Minas Gerais. IBGE. Cartas Topográficas.



## Conclusão

Duas operações metodológicas balizaram o fazer historiográfico deste capítulo. Inicialmente tive a felicidade apreender uma série de informações que permitiram perceber que o sesmeiro João Francisco Pimenta, expandia suas posses a terrenos propícios à exploração da terra justamente em períodos em que agricultura e pecuária tornam-se protagonistas na economia da capitania, o que possibilitou-me refletir que aquele caso específico representava em detalhes o processo migratório que lavrou a fronteira e instituiu novos espaços de exploração no território das minas, no contexto mais amplo da ocupação do território.

Ao se vislumbrar em detalhes a ocupação das minas pelas gerais, abriram-se prerrogativas para buscar compreender os caminhos da conquista da porção leste da capitania e o seu lugar na história de Minas Gerais. A partir destes dados, podem-se constatar os fluxos migratórios da ocupação do Vale do Rio Piranga e empreender análises aprofundadas sobre as distintas temporalidades daquilo que Rogério Haesbaert chama de territorialização, que nada mais é do que o encadeamento de um processo de transformação geográfica, “que inclui a vivência concomitante de diversos territórios - configurando uma multiterritorialidade, ou mesmo a construção de uma territorialização no e pelo movimento.” (HAESBAERT, 2008, p.20)

Finalmente, pelos dados apresentados ao longo deste artigo demonstrei os múltiplos espaços que configuraram a formação histórica do Vale do Rio Piranga, apresentando as características fisiográficas como feições que não devem ser descartadas no esforço de compreensão dos empreendimentos de ocupação daqueles sertões.

## Referências Bibliográficas

- AGUIAR, José Otávio. Point de vie étrangers: A trajetória de vida de Guido Thomas Marlière no Brasil (1808-1836). 2003. 2 volumes. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Belo Horizonte, 2003.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Os índios no tempo da Corte – Reflexões sobre política indigenista e cultura política indígena no Rio de Janeiro oitocentista. Revista da USP, n. 79, p.94-105, São Paulo, set./nov., 2008
- ANTONIL, André João. Cultura e opulência do Brasil. 3ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1982.
- BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte: Saterb, 1971
- BARROS, José D'Assunção. História, Espaço e Tempo: interações necessárias. Revista Vária História, Belo Horizonte, vol.22, nº36, p.460-476, jul./dez., 2006
- CARRARA, Ângelo Alves. Minas e Currais: Produção rural e mercado interno de Minas Gerais – 1674-1807. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2007
- CARRARA, Ângelo Alves. Contribuição para a História Agrária de Minas Gerais. Ouro Preto: Edufop, 1999
- CARRARA, Ângelo Alves. Para além de Minas e Currais (e de Minas Gerais): ensaio de caracterização da divisão regional mineira. In: CALAES, Gilberto Dias; FERREIRA, Gilson Ezequiel. (Org.). A estrada real e a transferência da corte portuguesa: programa RUMYS, projeto Estrada Real. Rio de Janeiro: Centro de Tecnologia Mineral (CETEM/MCT)-CNPq-CYTED, 2009.
- CÓDICE COSTA MATOSO; FIGUEIREDO, Luciano; CAMPOS, Maria Verônica. Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos, 1999
- CUNHA, Alexandre Mendes. No sertão, o lugar das minas: reflexões sobre a formação do espaço central das Minas Gerais no começo do século XVIII. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, nº40, julho-dezembro de 2007, p.25-45.
- DELVEAUX, Marcelo Motta. Cartografia imaginária do sertão. Revista do Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte, v.46, nº2, p.74-87, Jul-Dez, 2010.
- DUARTE, Regina Horta. Olhares estrangeiros: viajantes no vale do rio Mucuri. Revista Brasileira de História, São Paulo, v.22, n.44, p.267-288, 2002.
- ESPINDOLA, H. S. Extermínio e servidão. Revista do Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte, v.47, nº1, p.50-64, jan-jun, 2011
- FONSECA, Claudia Damasceno. Arraiais e vilas d'el rei: espaço e poder nas minas setecentistas. Trad. Maria Juliana Gambogi Teixeira, Claudia Damasceno Fonseca. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011
- HAESBAERT, R. Território e Multiterritorialidade: um debate. GEOgraphia (UFF), v. 17, p. 19-45, 2008
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Caminhos e Fronteiras. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- LANGFUR, Hal. The forbidden lands: colonial identity, frontier violence, and persistence of Brazil's eastern Indians, 1750-1830. Stanford, California: Stanford University Press, 2006
- LEMO, Gustavo. Minas da Terra: família, produção da riqueza e dinâmica do espaço em zona de fronteira agrícola. Minas Gerais, 1800-1856. São Paulo: Annablume, 2014
- LIMA JÚNIOR, Augusto de. A capitania de Minas Gerais. Belo Horizonte: São Paulo: Itatiaia, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1978
- MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. Tempo Social. Revista de Sociologia. USP, São Paulo, v. 8, nº1, p.25-70. 1996.
- MATA, Sérgio da. Chão de Deus: catolicismo popular, espaço e proto-urbanização em Minas Gerais, Brasil : séculos XVIII-XIX. Berlin: WVb 2002
- MATTOS, Izabel Missagia de. Civilização e Revolta: os Botocudos e a catequese na Província de Minas. Bauru, SP: EDUSC, 2004
- MOLINARI, Luis Gustavo. De José Joaquim da Rocha a Frederick Wagner: civilização, nativos e colonos nas representações cartográficas dos sertões leste de Minas Gerais (1778-1855). Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2009
- MONBEIG, Pierre. Pioneiros e fazendeiros de São Paulo. São Paulo: Hucitec: Polis, 1984
- PAULA, João Antônio de. Raízes da modernidade em Minas Gerais. Belo Horizonte: Autêntica, 2000
- RODRIGUES, Gustavo Caruso. Transformações Territoriais no Brasil e o Pensamento de Pierre Monbeig - 1935 -1946. In: VII Congresso Brasileiro de Geografia – A AGB e a Geografia brasileira no contexto das lutas sociais frente aos projetos hegemônicos, 2014, Vitória/ES. Anais do VII Congresso Brasileiro de Geografia, 2014.
- TAUNAY, Afonso d'E. Relatos sertanistas. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981
- TORRES, João Camilo de Oliveira. O homem e a montanha: introdução ao estudo das influências da situação geográfica para a formação do espírito mineiro. Belo Horizonte: Cultura Brasileira, 1944
- TURNER, Frederick Jackson. The frontier in American history. New York: Ed. Henry Holt and Company, 1921
- VASCONCELOS, Diogo de. História antiga das Minas Gerais. 4ª ed. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Itatiaia, 1974

## ERRATAS

- Na *Capa* da revista Geografias, v. 13, n. 1, jan./jun. 2017:

Onde se lia:

“Janeiro - Junho vol.14 nº1 2017”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 13, n. 1, jan./jun. 2017”

- Na *Ficha catalográfica* da revista Geografias, v. 13, n. 1, jan./jun. 2017:

Onde se lia:

“Geografias: Revista do Departamento de Geografia/Programa de Pósgraduação em Geografia, Departamento de Geografia do Instituto de Geociências, UFMG - vol.14 nº1 (Jan-Jun) 2017 - Belo Horizonte: UFMG, Departamento de Geografia, 2017”

Leia-se:

“Geografias: Revista do Departamento de Geografia/Programa de Pósgraduação em Geografia, Departamento de Geografia do Instituto de Geociências, UFMG - vol.13 nº1 (Jan-Jun) 2017 - Belo Horizonte: UFMG, Departamento de Geografia, 2017”

- No artigo *Espaço e sociedade na ocupação dos sertões das minas – vale do rio Piranga, Minas Gerais, séculos XVIII e XIX*, de autoria de Mateus Rezende de Andrade, publicado na revista Geografias v. 13, n. 1, jan./jun. 2017, em todas as páginas com legendas bibliográficas:

Onde se lia:

“Belo Horizonte, 01 de Janeiro - 30 Junho de 2017. Vol.14, nº1, 2017”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 13, n. 1, jan./jun. 2017”

- No artigo *Turismo no entorno de parques: um olhar territorial*, de autoria de Altair Sancho, publicado na revista Geografias, v. 13, n. 1, jan./jun. 2017, em todas as páginas com legendas bibliográficas:

Onde se lia:

“Belo Horizonte, 01 de Janeiro - 30 Junho de 2017. Vol.14, nº1, 2017”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 13, n. 1, jan./jun. 2017”

- No artigo *Representações do espaço urbano*, de autoria de Marcio Luis Fernandes, publicado na revista Geografias, v. 13, n. 1, jan./jun. 2017, em todas as páginas com legendas bibliográficas:

Onde se lia:

“Belo Horizonte, 01 de Janeiro - 30 Junho de 2017. Vol.14, nº1, 2017”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 13, n. 1, jan./jun. 2017”

- No artigo *Geografia em Comunidade: social entrepreneurship, university extension and innovative pedagogic initiatives in Diamantina, Minas Gerais state, Brazil*, de autoria de Douglas Sathler, Claudio Marinho e Michael Passow, publicado na revista Geografias, v. 13, n. 1, jan./jun. 2017, em todas as páginas com legendas bibliográficas:

Onde se lia:

“Belo Horizonte, 01 de Janeiro - 30 Junho de 2016. Vol.14, nº1, 2017”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 13, n. 1, jan./jun. 2017”

- No artigo *Aspectos teórico-metodológicos relativos à dimensão temporal e espacial do clima, de autoria de Carlos Henrique Jardim*, publicado na revista Geografias, v. 13, n. 1, jan./jun. 2017, em todas as páginas com legendas bibliográficas:

Onde se lia:

“Belo Horizonte, 01 de Janeiro - 30 Junho de 2017. Vol.14, nº1, 2017”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 13, n. 1, jan./jun. 2017”

- No artigo *Previsibilidade da pressão atmosférica local a partir de flutuações altimétricas registradas no Oeste Paulista*, de autoria de Antonio Jaschke Machado, publicado na revista Geografias, v. 13, n. 1, jan./jun. 2017, em todas as páginas com legendas bibliográficas:

Onde se lia:

“Belo Horizonte, 01 de Janeiro - 30 Junho de 2016. Vol.14, nº1, 2017”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 13, n. 1, jan./jun. 2017”.

Onde se lia:

“Belo Horizonte, 01 de Janeiro - 30 Junho de 2016. Vol.12, nº1, 2016”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 13, n. 1, jan./jun. 2017”.

- No artigo *10 anos da pesquisa em geoturismo no Brasil: balanços e perspectivas*, de autoria de Luciano Schaefer Pereira, publicado na revista Geografias, v. 13, n. 1, jan./jun. 2017, em todas as páginas com legendas bibliográficas:

Onde se lia:

“Belo Horizonte, 01 de Janeiro - 30 Junho de 2017. Vol.14, nº1, 2017”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 13, n. 1, jan./jun. 2017”

- No artigo *Ponderação de variáveis ambientais para determinação do Potencial de Uso Conservacionista para o Estado de Minas Gerais*, de autoria de Adriana Monteiro da Costa, João Herbert Moreira Viana, Laís Pinheiro Evangelista, Dayane Caroline de Carvalho, Klinsmann Cortezzi Pedras, Ivana de Marco Horta, Hugo Henrique de Cardoso Salis, Max Paulo Rocha Pereira e Jarbas Lima Dias Sampaio, publicado na revista Geografias, v. 13, n. 1, jan./jun. 2017, em todas as páginas com legendas bibliográficas:

Onde se lia:

“Belo Horizonte, 01 de Janeiro - 30 Junho de 2017. Vol.14, nº1, 2017”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 13, n. 1, jan./jun. 2017”

- No documento *Dissertações defendidas no Programa de Pós-graduação em Geografia/UFMG no 1º semestre de 2017*, publicado na revista Geografias, v. 13, n. 1, jan./jun. 2017, em todas as páginas com legendas bibliográficas:

Onde se lia:

“Belo Horizonte, 01 de Julho – 31 de Dezembro de 2016. Vol.13, nº2, 2016”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 13, n. 1, jan./jun. 2017”

- No documento *Teses defendidas no Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFMG no 1º semestre de 2017*, publicado na revista Geografias, v. 13, n. 1, jan./jun. 2017, em todas as

páginas com legendas bibliográficas:

Onde se lia:

“Belo Horizonte, 01 de Julho – 31 de Dezembro de 2016. Vol.13, nº2, 2016”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 13, n. 1, jan./jun. 2017”